



**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E COMUNIDADES TRADICIONAIS:  
UM ESTUDO SOBRE CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS  
E CULTURAIS NO NÚCLEO PICINGUABA, PARQUE ESTADUAL  
DA SERRA DO MAR/SP, BRASIL.**

Luciene Cristina Risso  
Solange T. de Lima Guimarães

**RESUMO**

O artigo apresenta aspectos referentes à relação entre Unidades de Conservação e comunidades tradicionais no Núcleo Picinguaba, Parque Estadual da Serra do Mar/SP, apontando alguns dos principais conflitos vivenciados nesta paisagem geográfica, e buscando subsidiar questões relativas à gestão e à conservação dos recursos naturais.

**Palavras-chave:** Comunidades Tradicionais; Caiçaras; Recursos Naturais; Conservação Ambiental; Paisagem Geográfica.

**ABSTRACT**

The article presents aspects regarding the relation between traditional Conservation units and traditional communities in the Picinguaba Core State Park of Serra do Mar/SP, pointing some of the main conflicts experienced in this geographical landscape, aiming to subsidize questions regarding management and conservation of natural resources.

**Keywords:** Conservation Unit, Traditional Communities; Caiçaras; Natural Resources

---

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E COMUNIDADES TRADICIONAIS:  
UM ESTUDO SOBRE CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS  
E CULTURAIS NO NÚCLEO PICINGUABA, PARQUE ESTADUAL  
DA SERRA DO MAR/SP, BRASIL.**

**Introdução**

O Parque Estadual da Serra do Mar abrangendo o litoral do Estado de São Paulo, Brasil, foi dividido em Núcleos para melhor gerenciamento, sendo um deles o Núcleo Picinguaba (em Tupi significa *"refúgio de peixes"*), onde registramos a presença de antigas comunidades tradicionais de população caiçara. Neste Núcleo estas comunidades tiveram seus lugares transformados em espaços de proteção integral onde não é permitida nenhuma atividade direta de exploração dos recursos naturais. De acordo com o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), uma área de proteção integral visa *"a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais"* (Brasil, Lei 9985/2000, artigo 2º, VI).

A mudança e transformações ocorridas no território e na paisagem vivida caiçara levaram à geração de vários conflitos, devido à incompatibilidade entre as normas de proteção ambiental e as diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo da Unidade, com o modo de viver destas comunidades. LOPES et al. (2001:98), consideram que *"o espaço geográfico é uma das formas essenciais para a estruturação das paisagens e interações dos fluxos e redes dos diferentes sistemas que compõem uma sociedade, ou seja, para as relações entre os diversos grupos sociais e o espaço vivido, estabelecendo vínculos permanentes entre o homem e suas paisagens e configurando as dimensões da 'região vivida'"*.

Deste modo, este estudo apresenta alguns dos principais aspectos relacionados à geração de situações conflitantes na relação Unidades de Conservação e Sociedades, buscando refletir sobre o quadro atual das comunidades tradicionais caiçaras em uma área protegida e os caminhos para a minimização destes conflitos.

## **1) A Criação das Áreas Protegidas no Mundo e no Brasil: Conjunturas e Influências**

As áreas protegidas surgiram visando garantir a conservação de ecossistemas ameaçados pelo acentuado desenvolvimento urbano-industrial da segunda metade do século XIX. O primeiro parque nacional criado foi o de *Yellowstone*, nos Estados Unidos em 1872, sendo uma área desabitada em razão da remoção anterior de suas populações indígenas, apresentando-se assim, como uma área de contemplação de cenários de belezas naturais e de vida selvagem. De acordo com DIEGUES (1994), atendia aos ideais do *"mito moderno da natureza intocada"*, tão em voga no período.

Este ideal americano originou a dicotomia entre populações tradicionais e áreas naturais protegidas, motivo pelo qual o conceito de unidades de conservação permaneceu por muito tempo associado a áreas desabitadas e intocáveis. Outros modelos foram criados com um manejo inclusivo, como na Europa, mas o modelo americano foi o mais adotado nos países da América Latina, sem levar em consideração o contexto sócio-cultural das unidades de conservação. Em nossos dias, segundo dados da IUCN (1997), 157 parques nacionais sul-americanos enfrentam problemas de ocupação humana e conflitos pertinentes ao uso, conservação e manejo dos seus recursos naturais, considerados os fatores e aspectos sócio-culturais e econômicos da vida das comunidades tradicionais presentes em suas áreas, significando 85,9% do total destas unidades. Somente 14% dos parques nacionais podem ser considerados totalmente desabitados (AMEND & AMEND, 1992).

No Brasil, o primeiro parque nacional foi o de Itatiaia, no Rio de Janeiro em 1937. Os que se seguiram também se inseriram na visão preservacionista americana. Os parques nacionais e estaduais brasileiros foram criados dentro de contextos políticos discutíveis, geralmente sem a realização de estudos pormenorizados, sem a participação da população local, a partir de decretos de criação em áreas de domínio privado e em áreas de ocupação

tradicional (muitas vezes sem os respectivos títulos de terra), gerando conflitos de diversas ordens - social, cultural, econômico, jurídico, etc.

O Parque Estadual da Serra do Mar, criado em 1977 (Decreto-Lei 10.251/77), abrangendo a região litorânea denominada Picinguaba (Decreto-Lei 13.313/79), também teve sua criação sob este contexto. O Parque foi criado com a finalidade “de assegurar integral proteção à flora, fauna, belezas naturais, bem como para garantir sua utilização a objetivos educacionais recreativos e científicos” (SÃO PAULO, 1977 - Decreto 10.251/77, art.1º).

Assim, o Núcleo Picinguaba está localizado no município de Ubatuba, litoral norte do estado de São Paulo, entre as coordenadas 44º 45' W e 45º W, e 23º 15' S e 23º 30' S. Seu perímetro estende-se da Ponta da Espia à Ponta da Trindade, com uma área de aproximadamente 47.000 ha, de acordo com o diretor do Núcleo, apresentando uma área de recursos paisagísticos naturais e construídos muito valorizados, que abarca uma relevante diversidade de ecossistemas naturais (mata atlântica e ecossistemas associados), pois o Parque chega à cota zero. Nas proximidades da divisa com o Rio de Janeiro, ele se sobrepõe à área do Parque Nacional da Serra da Bocaina.



Figura 1. Aspectos gerais da Praia do Núcleo Picinguaba.  
Foto: Solange T. de Lima Guimarães, 2002

A importância da criação do Parque para preservar os remanescentes de mata atlântica é indiscutível, entretanto, a crítica recai sobre os modos de gerenciar estas áreas que foram criadas sem considerar devidamente as necessidades e expectativas das populações da área e do entorno. Os principais problemas advindos estão relacionados com a própria legislação concernente à criação dos parques brasileiros. Nesta categoria não é permitida ocupação humana, devendo estas áreas ser desapropriadas. Como decorrência são registradas uma série de restrições e proibições impostas a estas comunidades, que na maioria das vezes desenvolvem atividades de caráter extrativista tanto para a subsistência como para comercializar o excedente da produção, tais como: coleta de frutos, sementes, raízes ou outros produtos, corte, plantio de árvores, criação e abate de animais domésticos, criação e caça de animais silvestres; estas restrições ainda compreendem a instalação de

linhas de transmissão, entre outras, constante no Decreto Estadual nº 25.341/86, que trata do regulamento dos Parques Estaduais Paulistas.

## **2) As Comunidades Caiçaras do Núcleo Picinguaba e a Transformação da Paisagem Viva em Unidade de Conservação.**

No Núcleo Picinguaba viviam muitas famílias ligadas a atividades tradicionais da cultura caiçara nas áreas da Almada, Fazenda, Picinguaba e Cambury. Segundo SETTI (1985:36) essa cultura “*é um produto da integração de práticas tradicionais portuguesas e ameríndias e sedimentadas já antes mesmo do advento da cultura negra e de suas influências*”, Outro elemento tradicional marcante é a pesca da tainha, sendo que MUSSOLINI (1980), ao discorrer sobre os aspectos que identificam a tradição caiçara, afirma: “*tudo nesta pesca é tradição*”. Para realizarem o cerco da tainha utilizam redes de tresmalhos, procurando cercar o cardume inteiro.

A pesca traz uma simbologia do cíclico para a cultura caiçara, ou seja, “*de que tudo no cosmo nasce, morre e renasce*” (DIEGUES, 1994:134). E assim, relembram os velhos marujos do mar da época da fartura de peixes e das diferenças nas formas de pescar, cuja cultura da pesca estava baseada somente na observação dos ritmos e ciclos da Natureza, herdada do indígena e fundamentada através das experiências desses homens ao longo do tempo:

*A pesca era tudo manual, a gente colocava a rede na praia para pescar e dava peixe, a gente pescava em barcos a remo, sem sonda, só olhando o mar vendo o peixe pulando, a mudança dos ventos. Era mais difícil do que hoje (Sr. Gabriel - pescador aposentado).*

Este tipo de relação com o mar propiciou uma grande ligação do caiçara com seu habitat, como diz MUSSOLINI (1980:226):

*Resultou num aproveitamento intensivo, quase exclusivo e mesmo abusivo dos recursos do meio, (...) Conhece o homem muito bem as propriedades das plantas ao seu redor - para remédios, para construções, para canoas, para jangadas - bem como os fenômenos naturais presos à terra e ao mar e que os norteia no sistema de vida anfíbia que leva, dividindo suas atividades entre a pesca e agricultura de pequeno vulto, com poucos excedentes para troca ou para venda: os ventos, os ‘movimentos’ das águas, os hábitos dos peixes, seu periodismo, a época e a lua adequadas para pôr abaixo uma árvore ou lançar à terra uma semente ou uma muda ou colher o que plantou.*

A cultura caiçara tem um modo de vida baseado na agricultura do tipo tradicional familiar, desenvolvendo culturas de mandioca (usada para a alimentação e fabrico da farinha), feijão, arroz, cana de açúcar (açúcar e aguardente), café e frutas (banana e

cítricos), através do sistema de cultivo itinerante (queima e pousio - herança indígena), pesca, caça e extrativismo vegetal para uso medicinal, manufatura, artesanato entre outros. Estas comunidades sempre mantiveram, em maior ou menor escala, intercâmbios sócio-econômicos mediante o comércio de produtos agrícolas tais como peixe seco e aguardente, com outras cidades vizinhas por meio do acesso terrestre (trilhas), fluvial e marítimo. (DIEGUES, 2001)

Todavia, o processo de descaracterização da identidade cultural iniciou-se antes mesmo da implantação do Parque, ainda na década de 50, quando as primeiras estradas de rodagem interligaram as regiões litorâneas com o planalto, propiciando um fluxo migratório intenso e contínuo, dando origem a um processo de apropriação do espaço por migrantes, pelo turismo, entre outros, levando a processos de expropriação do território e da cultura caiçara. A especulação imobiliária privou uma grande parte dos caiçaras de suas posses, com a construção de casas de veraneio ao longo do litoral, e o turismo em massa contribuiu para a desorganização das atividades tradicionais, sendo a gênese de perdas e impactos ambientais irreversíveis em muitos casos.

Dentre as comunidades do Núcleo, a que mais possui casas de veraneio, é a Vila Picinguaba. Os turistas compraram os imóveis antes da implantação do Parque, sendo que muitos caiçaras foram embora do lugar, ou permaneceram ocupando terrenos localizados em áreas de risco, como aconteceu na Vila Picinguaba e no Cambury. Devido à ocupação mista (turistas e caiçaras), a Vila Picinguaba não é considerada pelo Plano de Manejo do Núcleo como uma área tradicional, embora parte de seus habitantes seja constituída por muitas antigas famílias caiçaras do lugar.

Uma outra forma de apropriação do espaço geográfico foi a implantação das áreas naturais protegidas que também contribuíram para a desestabilização da cultura caiçara, refletidas nos processos de construção da paisagem vivida e na identidade cultural e paisagística do lugar. Embora pareça contraditório à primeira vista, a implantação de áreas protegidas, também apresentou aspectos e impactos positivos para as comunidades caiçaras, já que “barraram” a especulação imobiliária no espaço caiçara, mantendo muitas famílias em seu território, devido a ineficiência dos mecanismos de regularização fundiária nas áreas envolvidas, colaborando para a preservação das suas comunidades.

Durante a implantação do Parque, algumas famílias tradicionais caiçaras permaneceram nestas áreas submetendo-se às restrições de suas atividades tradicionais, outras entraram com um processo de desapropriação indireta contra o Estado, e outras ainda (sem escritura), abandonaram a área. No entanto, muitos posseiros, migrantes de outras áreas e sem pertencer a estas comunidades, se instalaram e se mantiveram na área, aproveitando-se desta problemática.

Quem mais “sofreu” com os impactos antrópicos negativos, foram as próprias comunidades tradicionais existentes na região, pois tiveram seu modo de vida transformado através das medidas restritivas impostas em suas atividades, entre elas, a proibição do extrativismo vegetal; a redução das áreas de cultivos devido à proibição dos roçados itinerantes; restrições de áreas destinadas a construções; limites para zonas de atividades pesqueiras, etc, causando interferências significantes de diversos graus nas questões diretas e indiretamente relacionadas à sobrevivência/subsistência sócio-econômica e ao modo de vida caiçara (perdas nos processos de socialização referentes as famílias tradicionais que migraram da área, na manutenção da continuidade da identidade cultural, etc.), segundo as conjunturas respectivas à ocorrência de conflitos com a administração e gestão do Parque.

*Como não se pode mais cortar árvores, deveria ter uma área destinada para roçar, podia ser na várzea onde a mata não é mais virgem, ou encontrar outra forma de sustento, para as pessoas que hão de vir - (Sr. Gabriel - pescador aposentado).*

*Desde que a área tornou-se uma área protegida prejudicou a venda da pesca, pois antes os turistas que iam à praia da Fazenda*

*compravam nossos peixes, hoje com as restrições não. Há muitas proibições, proibiram a gente de parar para descansar perto da Ilha Anchieta, mas o que revolta é que os ricos podem ancorar lá, nós não, os ricos pagam multas, parece que as leis só existem para os pobres - (Sr. Ari- pescador, 40 anos).*

*Nós pequenos não conseguimos competir com os grandes que tiram toneladas de peixes do mar numas 200-250 redes, como deixam três dias as redes ali, a água esquentada e chegam a apodrecer. Isto dá dó, revolta, isso precisa de fiscalização, isso que é contra o ambiente, não nós os pequenininhos.*

*Isso é ruim, é uma agressão porque o mar é como uma poupança, se a gente tem um dinheiro lá mais não deposita só tira, um dia ele acaba, e isso tá acontecendo com o mar, 20 anos atrás tinha peixe, hoje tá diminuindo cada vez mais - (Sr. Ari - pescador, 40 anos).*

Contudo, a permanência das famílias caiçaras tradicionais resultou no conflito principal que é a incompatibilidade dos interesses e usos do espaço destas áreas pelas populações locais, e os interesses e possíveis usos segundo os objetivos da conservação e manejo dos recursos naturais preconizados pelos planos de manejos das Unidades de Conservação. Também no Núcleo Picinguaba os principais problemas registrados durante a implantação foram neste sentido, como podemos observar no relato a seguir do plano de manejo:

*Os problemas tinham origem na dicotomia existente entre o regulamento dos Parques Estaduais Paulistas (Decreto estadual nº 25.341/86) e a realidade sócio-cultural da área, ocupada por moradores tradicionais, cujo modo de vida implicava no uso dos recursos naturais. Este problema legal, aliado às dificuldades para efetivar a regularização fundiária a fim de cumprir o princípio básico das unidades de conservação de uso indireto (que por lei devem ser de domínio público) foi e ainda é uma questão crucial na maioria das unidades de conservação do país. (SMA, 1998).*

Na atualidade, verificamos outras causas que interferem na contínua descaracterização da identidade cultural caiçara, como a entrada do movimento expansionista de igrejas evangélicas neo-pentecostais, influências culturais dos turistas que trazem outras formas e conceitos de qualidade de vida, e novos padrões de consumo, envolvendo também o uso de drogas, prostituição, entre outros. Embora seja um processo de adaptação sócio-cultural inevitável, é preciso motivar estas comunidades, mediante incentivos e estímulos que levem à geração de condições e valores para a preservação de sua própria cultura.

### **3) Cultura Caiçara: Aspectos Gerais**

O Núcleo Picinguaba registrava em 1994, 1015 habitantes. (SMA, 1998). Mesmo sofrendo intensos processos de descaracterização e desestabilização, ainda há comunidades mais resistentes na manutenção do modo de vida caiçara, como são os casos

do Cambury e Sertão da Fazenda, áreas consideradas de ocupação “tradicional”, ou seja, apresentam origens históricas, elos de consangüinidade e fortes relações de parentesco, com populações que ainda possuem identidade cultural e que apresentam um modo de produção mercantil, de acordo com DIEGUES (1994).

As comunidades da Vila Picinguaba, Praia da Fazenda e Almada, estão introduzindo e se adaptando a novas técnicas e formas de uso e ocupação do solo, porém, persistem os traços de resistência da cultura caiçara, e um modo de vida diferenciado da sociedade industrial, como alguns pesquisadores consideram em seus estudos sobre a Vila Picinguaba, a exemplo de VIANNA e BRITO (1992): *“Na Vila Picinguaba há sinais de resistência da cultura caiçara, já que as casas são de pau-a-pique e duas águas; pesca artesanal, conhecimentos empíricos sobre o meio que vivem, e casas de farinha...”*. ÂNGELO (1990:62), no início da década de noventa, considera que a Vila ainda apresenta um modo de vida menos predatório do que o da sociedade industrial, chamando a atenção para o fato de que existe *“pouca pesquisa que atenda consistentemente as especificidades ecológicas e sociais desta questão”*.



Figura 2. Moradia tradicional de pau-a-pique nas proximidades da Casa da Farinha, no Núcleo Picinguaba.  
Foto: Solange T. de Lima Guimarães, 2002.

ROSSATO (1996), no levantamento das plantas medicinais no Sertão do Puruba, Picinguaba e Casa de Farinha identificou 276 espécies de vegetação, divididas entre medicinais, de manufatura e alimentares. Em relação à Casa da Farinha as atividades de subsistência são consideradas nos resultados da pesquisa da autora, com a predominância de atividades agrícolas, sendo expressiva a utilização de plantas na produção de utensílios domésticos e artesanatos. A maior parte das espécies vegetais citadas era destinada ao uso medicinal, principalmente para problemas respiratórios. Na manufatura foram citadas plantas utilizadas para construção de canoas e remos, utensílios domésticos e artesanatos em geral.



Figura 3. Vista parcial da Casa da Farinha.  
Foto: Solange T. de Lima Guimarães, 2002

No estudo de HANAZAKI (1997) sobre etnobiologia, no Cambury foram identificadas 152 espécies, com 59 famílias, do total das 162 etnoespécies mencionadas. As plantas mais usadas e apontadas foram as medicinais (33%); as empregadas em manufaturas (35%); referentes as artes e construção, e alimentícias (31%). A maior ocorrência de referências de plantas para uso de manufatura e medicinal, pode estar associada, segundo a autora, a uma maior dependência de roças de subsistência.

## A Paisagem e o Uso do Solo





Figura 5. Aspecto parcial de uma área de cultivo tradicional caiçara  
Foto: Luciene Cristina Risso, 1998.

Na *Praia da Fazenda*, o relevo é plano com altitudes entre 01 e 10 metros, e declividades entre 0° e 05°, apresentando vegetação de restinga, incluindo uma vegetação de transição entre a floresta ombrófila densa, presente no relevo serrano e localizada no entorno desta planície nas direções noroeste e nordeste do mapa, e a vegetação de restinga. Considerou-se como restinga “as formações vegetais que crescem em areias holocênicas, desde o mar até o sopé da Serra do Mar” (RIZZINI, 1979). Esta área plana com a vegetação de restinga, com altitudes entre 01 e 10 metros e declividades entre 0° e 05°, é uma das áreas naturais mais bem preservadas do estado de São Paulo, sendo desenvolvidos vários estudos ecológicos sobre ela , já que no Brasil existem poucos remanescentes desta formação vegetal .



Figura 6. Aspectos da vegetação típica da área.  
Foto: Luciene Cristina Risso, 1999.

Ao sul da rodovia BR-101, na via de acesso para a Praia da Fazenda (km 11), existem a guarita, o centro de visitantes e o estacionamento. Esta praia pode ser considerada como “praia em arco”, possuindo 3,7 Km de extensão.

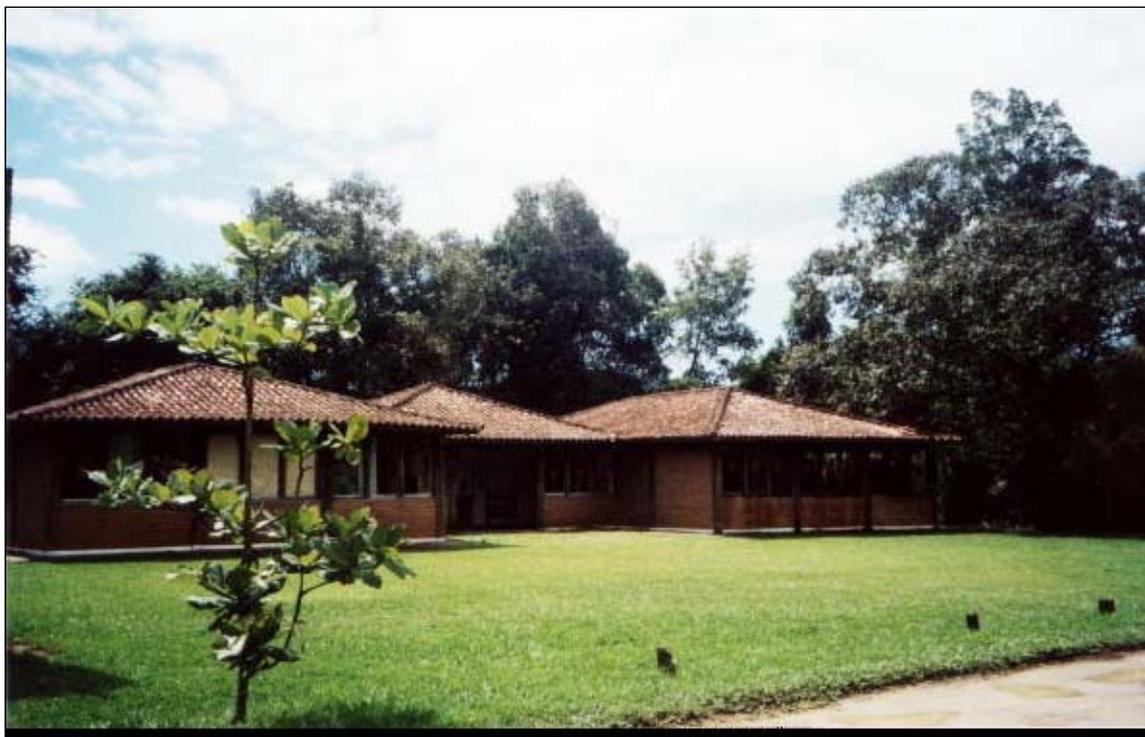


Figura 7. Vista geral do Centro de Visitantes do Núcleo Picinguaba,  
Parque Estadual da Serra do Mar/Instituto Florestal de São Paulo  
Foto: Solange T. de Lima Guimarães, 2002.

Em direção ao *Canto da Paciência*, a floresta alta de restinga tem aspecto arboreo-arbustivo, porém, próximo à praia podem ser encontradas espécies herbáceo-arbustivas típicas de formações de dunas que se estendem até a foz dos rios da Fazenda e Picinguaba (a sudeste da área da Fazenda). Os caxetais destacam-se neste tipo de paisagem, sendo presentes nas áreas com solos hidromórficos.

A ocupação humana (considerada como área antrópica), está localizada ao longo da faixa litorânea em direção ao Canto da Paciência, onde existem várias casas voltadas ao turismo, inclusive o “camping” Caracol. Nesta região as altitudes estão localizadas entre 01 e 10 metros, apresentando baixas declividades (0° a 01°).

Em direção ao estuário, as vegetações que acompanham os rios da Fazenda e Picinguaba são a mata ciliar, vegetação de restinga, e vegetação com influência flúvio-marinha. Aqui os solos encontrados são os hidromórficos, que têm como característica principal grande influência no lençol freático através da acumulação de matéria orgânica no horizonte superficial, ou a presença de colorações cinzentas. Quanto à ocupação humana, encontram-se o alojamento do Núcleo e algumas casas próximas à praia.

Entre os rios da Fazenda e Picinguaba existe um morro isolado com altitude máxima de 47 m, considerado como uma área antrópica, onde é verificada a existência de algumas residências em seu topo aplainado. As matas ciliares do Rio da Fazenda, mais próximas ao estuário foram devastadas no passado para a construção de alojamentos para os empregados vinculados à construção da rodovia, mas hoje estas áreas estão em fase de recuperação por sucessão vegetal.

Através da *Trilha do Picadão da Barra* (acesso Km/9 na rodovia Br-101 em direção ao sul), notou-se nos trabalhos de campo, várias áreas em processo de regeneração, que em outras épocas já foram desmatadas para serem utilizadas para roçados, extrativismo vegetal, caça, construção da rodovia, etc. Nesta área a restinga tem porte mais baixo do que a do sentido oeste do mapa. Devido à presença de áreas úmidas há muitos caxetais, e também cipós. Com a construção da rodovia, as áreas úmidas aumentaram devido à criação de muitas lagoas artificiais que geraram impactos para a flora e fauna. Através da *Trilha do Picadão* chega-se ao manguezal. O manguezal da *Praia da Fazenda* possui materiais de solos mais consolidados com predomínio da vegetação *Laguncularia racemosa*. Observou-se neste lugar a ocorrência de muitas orquídeas e bromélias.

No *Sertão da Fazenda*, ainda encontramos uma comunidade tradicional. Nesta comunidade há a prática da agricultura de subsistência, baseada no manejo tropical tradicional, principalmente da mandioca e banana. Há muitas roças nesta área, que foram descritas e estudadas por BORIN e MENEZES (1999). Segundo estes autores, além das culturas tradicionais da mandioca e banana, cultivam também feijão, milho, abacaxi, inhame, goiaba, café e laranja. Estas culturas estão localizadas em sua maioria nas altitudes de 01 a 10 metros, em declividades baixas (0° e 05°), próximas ao Rio da Fazenda e ao sopé dos morros, onde os solos são mais férteis, formados por aluviões dos rios e solos mais argilosos nas vertentes. Algumas roças estão localizadas em declividades acima de 16°.



Figura 8. Rio da Fazenda  
Foto: Solange T. de Lima Guimarães, 2002.

Na *Vila Picinguaba*, a floresta atlântica é ainda predominante, e está localizada em sua maior parte nas altitudes maiores que 100 metros, em declividades acentuadas, como nas áreas dos costões rochosos e das vertentes, onde verificamos a porção mais elevada deste relevo (300 metros), com declividades acima de 60°.

As áreas de floresta em regeneração estão localizadas em sua maior parte em altitudes entre 51 e 100 metros, com declividades maiores que 20°. Nas proximidades do Rio Picinguaba, a vegetação ciliar e a de influência flúvio-marinha encontram-se em regeneração, existindo ainda áreas desmatadas que precisam ser recuperadas. As áreas de restinga e caxetais ocupam as proximidades do Rio Picinguaba.

A ocupação ao longo das margens da Estrada da Vila está localizada nas altitudes entre 11 a 100 metros de altitude, embora isoladamente algumas atinjam até 200 metros, com declividades acentuadas (>20°). Nesta área há roçados próximos aos morros e várzeas, onde predominam cultivos de mandioca e banana. O local possui energia elétrica, atraindo moradores da Vila e de outros locais para ali se instalarem, aumentando a possibilidade da ocorrência de riscos ambientais. Notaram-se processos erosivos instalados nos taludes próximos à estrada, de natureza antrópica. Na direção norte da estrada da Vila, as declividades são bem acentuadas, o que em muitos trechos pode vir a comprometer a conservação dos acessos da estrada.



Figura 9. Estrada da Vila  
Foto: Luciene Cristina Risso, 1998.

A Vila de Picinguaba está localizada no centro-sul e é localizada em uma bacia hidrográfica esculpida em um maciço serrano. A maioria das casas está localizada entre as cotas de 11 a 100 metros, com declividades entre  $10^{\circ}$  e  $20^{\circ}$ . O problema mais grave da ocupação está nestas declividades acentuadas acima de  $16^{\circ}$ , que pela lei não deveriam ser ocupadas. Pela legislação ambiental, estas áreas deveriam ser de preservação permanente, uma vez que estas encostas apresentam processos erosivos como escorregamentos, rastejo, queda de blocos, erosão laminar e ravinamento, que são acelerados pela ocupação urbana crescente. Tal característica geomorfológica caracteriza um sítio naturalmente restrito à ocupação humana.

Outro problema identificado no local é a ocupação próxima aos cursos dos córregos, atingindo inclusive áreas de nascentes que estão comprometidas pela retirada de vegetação ciliar e pelo adensamento de construções. Estas nascentes abastecem toda a Vila, mas são insuficientes nas épocas de veraneio.

Na Vila Picinguaba, o artesanato é voltado para o comércio visando o atendimento das demandas geradas pelo turismo. As espécies vegetais mais utilizadas para o artesanato são a caxeta e o cipó timumpeva. Para a confecção de barcos, utilizam a madeira do ingá.

No *Cambury* a mata atlântica é predominante, distribuída por toda a área, e encontra-se em sua maior porção localizada entre as altitudes de 11 a 50 metros, em declividades maiores que  $20^{\circ}$ . As áreas mais propícias para uso antrópico são aquelas localizadas nas planícies aluvionares e terraços, como na Vila Tradicional de Cambury.

A *Vila Tradicional* situa-se nas áreas mais planas (01-10m) deste relevo acidentado, com declividades baixas ( $0^{\circ}$  -  $5^{\circ}$ ), sendo poucas as áreas que superam o limite de ocupação de  $16^{\circ}$ . No entanto, a venda de terras para pessoas que residem fora do bairro fez com que os descendentes de caiçaras ocupassem as áreas das encostas do Parque da Serra da Bocaina enquanto outros continuaram nas glebas da Vila, na condição de caseiros.

Na Vila, as casas de caiçaras possuem quintais com cultivos diversos (mandioca, banana, hortaliças, goiaba, etc). Neste lugar é comum o aluguel destes quintais para acampamento dos turistas, com a cobrança de pequenos valores diários (em novembro de

2000, cobrava-se R\$ 2,00/dia), como forma de obtenção de uma renda extra. Também foi constatada uma área com atividade agropecuária.



Figura 10. Vista parcial dos quintais das moradias que se transformam em áreas de "camping" nos períodos de veraneio.  
Foto: Luciene Cristina Risso, 1999.

A inexistência de infraestrutura básica para acomodação de turistas, cuja frequência é alta nos períodos de verão e feriados, acarreta graves problemas ambientais, tais como: grande quantidade de lixo, barracas na praia, poluição e contaminação das águas e do solo (devido aos dejetos humanos), abastecimento de água, entre outros problemas de saneamento básico, resultantes de um tipo de turismo depredador, que deve ser repensado.

As áreas antrópicas localizam-se ao sul da rodovia BR-101, perto da Praia das Couves e próximos à Vila. A maior parte desta forma de uso está localizada em altitudes entre 51 e 150 metros, em declividades de  $10^{\circ}$  a  $20^{\circ}$ , e  $> 20^{\circ}$ .

As áreas em recuperação estão presentes próximas à planície, próximas dos rios e nos morros (onde antes cultivavam bananais). Este uso está situado em sua maioria nas altitudes entre 01 a 10 metros, e em declividades acima de  $20^{\circ}$ .

Na trilha que liga a Vila à Praia Brava, foram verificadas através de trabalhos de campo, várias áreas de roçados, com cultivos de banana. Outras roças são encontradas em direção a Serra da Bocaina, descritas por BORIN e MENEZES (1999). Estas roças estão localizadas em terrenos declivosos, com plantações de mandioca, banana, cana, batata doce, abacaxi, café, etc.

No Cambury a produção de artesanato é voltada principalmente ao uso próprio da comunidade. Os artesãos utilizam a madeira do guacá para a produção de pequenas peças domésticas e utilitárias como cadeiras, colheres e remos, e a madeira do ingá, para a construção de canoas.

#### 4) A Vida Caiçara em uma Área Protegida e as Principais Reivindicações

O modo de vida caiçara diante das normatizações de uso do meio ambiente e das orientações constantes no Plano de Manejo da Unidade respectivas à conservação e preservação dos recursos naturais tem sofrido vários impactos ambientais, levando à ocorrência de conflitos contínuos em suas comunidades, prejudicando de forma direta ou indireta, todos os envolvidos. Desde a implantação do Parque em Picinguaba, estas comunidades se rebelaram muito em relação a criação do mesmo.

Mesmo sendo o primeiro Parque a tentar compatibilizar a presença das comunidades caiçaras e a conservação dos recursos ambientais no plano de manejo, os conflitos não cessaram, apenas foram minimizados, como afirma a SMA (1998):

*A maioria da população diz que eles estão “abandonados”, e que o Parque e o tombamento histórico (No caso da Vila Picinguaba) não fizeram nada para melhorar a suas vidas, pelo contrário, acreditam que isso somente os prejudicou, já que muitas das suas atividades econômicas foram restringidas.*

Para continuarem sobrevivendo neste território, adaptaram-se a estas novas condições e passaram a desenvolver outras atividades econômicas, relacionadas ao turismo, comércio e construção civil. Na Almada, subsistem em razão do turismo; na Estrada Picinguaba e na Cabeçuda, vivem da construção; no Canto da Paciência, do comércio, e na Vila Picinguaba, da pesca e do turismo. As áreas que ainda desenvolvem suas atividades tradicionais são o Sertão da Fazenda e Cambury, mesmo assim, nesta último o turismo está sendo bem significativo. Entretanto, todas as comunidades caiçaras presentes no Núcleo realizam a agricultura de subsistência, de acordo com a Secretaria do Meio Ambiente (1998: 85-86):

*As famílias continuam com suas roças de subsistência, cultivadas em áreas menores... pode-se dizer que roça representa, ainda hoje, um forte apoio à subsistência das famílias da localidade. Nela, podem ser cultivados gêneros alimentícios, que se forem adquiridos nos supermercados das cidades próximas, tornam-se bem mais onerosos. Sendo assim, entende-se que para a população local, a roça de subsistência é uma prática cultural que não pode ser descartada.*

Estas comunidades passam por grandes dificuldades sócio-econômicas, e os problemas mais apontados pelos moradores são: falta de saneamento básico (tratamento de água e esgoto; verminoses), falta de infra-estrutura (energia elétrica, escolas, postos de saúde, etc), e principalmente falta de alternativas econômicas, já que as normas do Parque são proibitivas em relação a muitas destas suas atividades, restringindo assim em sua área o desenvolvimento das mesmas. Desta forma, as principais reivindicações gerais das comunidades caiçaras apresentadas no plano de manejo (SMA, 1998:105), foram:

*- Liberação de áreas de matas secundárias, anteriormente usadas como roças, de forma a aumentar as áreas de plantio de subsistência,*

- *Energia elétrica para os bairros de Cambury, Sertão da Fazenda, Canto da Paciência,*
- *Permissão para construção de moradias para a população moradora e descendentes,*
- *Fiscalização por parte da polícia florestal, para impedir a pesca predatória de parelhas e criação de mecanismos de proteção legal para garantir uma área marítima de pesca, exclusiva dos moradores locais.*

Quanto à infra-estrutura de urbanização, as comunidades caiçaras são desprovidas de tratamento de água e esgoto, o que é um risco para a qualidade de vida das populações e também para a qualidade ambiental destas áreas, considerada a riqueza dos ecossistemas da Mata Atlântica.

Um problema grave na Vila é a poluição e contaminação das águas por coliformes fecais, atingindo inclusive áreas de nascentes, que abastecem toda a Vila, devido a ocupação seguir o curso dos córregos. Outro problema ambiental é o risco de deslizamentos, uma vez que esta ocupação está atingindo a cota 80, em áreas com declividade entre 25° a 45°, consideradas de preservação permanente e de risco ambiental. Buscando sanar parte destes problemas, a SABESP elaborou um plano de captação de água a partir do represamento de um rio do *Sertão de Cubatão*, que ainda encontra-se em fase de estudos (SMA, 1998).

A região de Cambury também não conta com saneamento básico e apresenta problemas com as águas servidas, e o lançamento de efluentes domésticos nos córregos. Apenas 20% das casas têm banheiros, e destas, 70% tem fossa de absorção, e 30% fossa negra (normalmente pertencem a turistas). Para os moradores, a construção de banheiros é recente (SMA, 1998). A área também sofre com a poluição das águas por falta de infraestrutura básica, principalmente durante os períodos de temporada, quando o grande número e fluxo de turistas comprometem a qualidade das nascentes e locais de captação, ao fazerem o uso indevido destas áreas de mananciais, e produzirem grande quantidade de lixo.

Quanto à coleta de lixo, esta é realizada na Vila de Picinguaba e Cambury por um morador da Vila que utiliza seu caminhão para este serviço, sendo contratado pela prefeitura. No bairros da Fazenda, Canto da Paciência, Almada, não existe coleta municipal de lixo. O lixo produzido é levado pelos moradores até uma lixeira do Núcleo, onde é recolhido pelo caminhão da prefeitura. (SMA, 1998:95)

A rede de energia elétrica é deficiente (e até mesmo inexistente em alguns locais), sendo que o fornecimento atende somente à Vila, Estrada da Vila e as instalações do Núcleo Picinguaba.

A região possui seis igrejas: três católicas e três evangélicas. Os bairros do Cambury, Vila Picinguaba e Sertão da Fazenda possuem escolas de primeiro grau. Quanto à saúde, existem dois postos, um no Cambury e outro na Vila Picinguaba. As comunidades utilizam muitas plantas medicinais.

TABELA 1. Quadro resumo dos dados sócio-econômicos da área de estudo.

Comunidade	Hab	Fam	Atividades econômicas principais	Infra-estrutura	Escolas até 4.série	Igrejas
Almada	36	10	Comércio Construção	Nenhuma	Não tem	Não tem
Sertão da Fazenda	184	46	Pesca Agricultura	Nenhuma	Sim	01 capela católica
Canto da Paciência	49	12	Comércio	Nenhuma	Não	Não tem
Picinguaba	383	104	Pesca	Posto de saúde, telefone público, energia elétrica	Sim	03 (02 evangélicas e uma católica)
Estrada da Vila	146	28	Construção Pesca	Luz elétrica e asfalto	Não	Não
Cambury	217	49	Pesca	Posto de saúde	Sim	02 (01 católica e 01 evangélica)
Total	1015	249			03	06

Fonte: SMA, 1998.  
Org: Risso, L. (2001).

## Organização Comunitária

Na década de oitenta, quando Núcleo de Picinguaba começou a ser implantado, foi criada a *Associação da Costa Norte* que contemplava toda a área estudada. Hoje, essa associação está desativada, mas existem as associações dos bairros da Vila de Picinguaba, do Canto da Paciência e do Cambury.

A *Associação dos Moradores de Cambury* foi criada em 1987, tendo como principal objetivo a organização do bairro diante das pressões da especulação imobiliária. No Cambury, a Associação de Moradores, após estudar a questão da localização de sua área e verificar a possibilidade de tê-la como uma área remanescente de quilombo, conseguiram recentemente (Junho/2002), obter o reconhecimento da área como tal, beneficiando-se da alteração legal, cujo resultado melhorará consideravelmente a vida desta comunidade, que assim deixa de estar atrelada à área do parque.

A *Associação do Canto da Paciência* é formada principalmente por turistas, proprietários de casas de segunda residência (período de veraneio). A da Vila foi reestruturada com a eleição de nova diretoria em 1996.

Em função dos laços de parentesco (característica das ocupações tradicionais), as comunidades apresentam um nível próprio e espontâneo de participação e organização, centrada principalmente, nas pessoas mais velhas dos grupos domésticos. Os grupos religiosos também têm uma organização própria que influencia as decisões das vila ou bairros, quer através dos cultos evangélicos ou das festas religiosas católicas. Entre os mais jovens, os torneios de futebol e outras atividades recreativas sócio-culturais, colaboram no entrosamento da comunidade com os outros bairros ou vilas.

## As Recomendações de Organizações Internacionais e a Realidade Brasileira das UCs

De acordo com a IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza), criada desde 1948 para o estabelecimento de objetivos e recomendações visando áreas protegidas, a partir da década de 80, iniciaram-se as recomendações referentes sobre a inserção das populações tradicionais em unidades de conservação, devido à importância delas para a própria conservação do meio ambiente, tanto em seus aspectos naturais quanto culturais:

*Reconhecer a relação particular que esses povos mantêm com a natureza; assegurar aos povos a participação no controle de uso dos recursos compartilhados; assegurar que os governos nacionais dediquem atenção necessária às necessidades e aspirações dos povos tradicionais cujos territórios serão afetados pela criação dos Parques nacionais e reservas e assegurar a consulta e acordo desses povos no estabelecimento e manutenção de Parques. (IUCN,1986).*

*Quanto à agricultura tradicional esta deve ser admitida, mas em áreas bem definidas, além de se estabelecer uma zona tampão entre estas e as de preservação permanente. (IUCN, 1986).*

*Reconhecer a permanência dos povos com culturas tradicionais de um conhecimento insubstituível da natureza. (IUCN, 1993).*

Em busca da minimização de conflitos e melhoria da vida caiçara, assim como para a avaliação dos impactos ambientais decorrentes, o Brasil não seguiu estas recomendações internacionais quanto à inserção legal de populações no interior dos Parques, levando a geração de impasses na resolução dos muitos conflitos decorrentes, conjunturas que não são boas para nenhuma das partes envolvidas nas várias questões ocorridas.

Todos esperavam que o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) criado pela Lei nº 9985/2000 (Brasil, 2000), em tramitação desde 1992 (Lei 2892/92), resolveria o problema através de uma revisão na categoria de Parques e a permanência legal das comunidades, mas isto não aconteceu. De novidade, criou-se uma outra categoria de manejo a *Reserva de Desenvolvimento Sustentável*, que permite a compatibilização da presença de populações e dos objetivos conservacionistas. Esta categoria é uma alternativa muito positiva para a busca das soluções para muitos destes conflitos, desde que haja realmente interesse na mudança de categoria de Parque para Reserva de Desenvolvimento Sustentável, onde houver a presença de comunidades tradicionais.

Enquanto os órgãos competentes não resolvem legalmente a questão, alguns diretores de Parques optaram por implantar o manejo participativo, como uma alternativa de mitigação dos conflitos. O manejo participativo é recomendado pela UICN (1993), e deve incluir não só as comunidades internas, mas diferentes grupos sociais, grupos religiosos, empresariais, turistas, ONG's, etc. Esta forma de manejo conjunto está fundamentada nos sistemas de gestão destas associações. As opções para alcançar os objetivos positivos em uma situação de conflitos estão apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 2. Manejo de Conflitos

<b>Objetivos</b>	<b>Opções</b>
Obter informação	Avaliação de impacto social, e estudo de impacto ambiental, fazer estudos do uso da sabedoria local, audiências públicas, realizar investigações, uso de questionários, entrevistas pessoais.
Melhorar a capacidade do manejo de conflitos	Conseguir capacitação para o pessoal de parques
Gerar confiança e comunicação	Desenvolver relações pessoais com grupos de interessantes chaves, contratar pessoas da área para manejar o parque, inserir o entorno nas análises, estabelecer um comitê de manejo, organizar mesa redonda ao diálogo, intermediários para manter relações com os vizinhos do lugar.
Aumentar Poder	Fazer uma campanha publicitária para aumentar e dar energia aos grupos interessados, desenvolver e divulgar materiais educativos sobre o conflito.
Criar um processo permanente de manejo de conflitos	Organizar um comitê de manejo, uma mesa redonda ao diálogo.
Desenvolver e analisar soluções alternativas	Usar um comitê de manejo, diálogo, fazer uso de perícia técnica externa, estudo de impacto social e ambiental.
Escolher uma solução	Negociar diretamente com os grupos interessados, fazer uso da mediação de uma terceira pessoa, buscar uma decisão cordial, usar um processo legislativo, tomar uma decisão unilateral.

Fonte: UICN (1993), apud Connie Lewis.

Isto ocorre em diversos Núcleos do *Parque Estadual da Serra do Mar*. Em alguns locais os resultados foram mais positivos, como na *Ilha do Cardoso*, por exemplo; em outros como em Picinguaba, as comunidades apresentam sinais de desconfiança em relação aos planos e diretrizes administrativos do Parque, acarretando desconfiança também em relação à presença de pesquisadores. Especificamente sobre o Núcleo Picinguaba, as comunidades não aceitaram a transformação do seu lugar (TUAN, 1983 ; LIMA, 1990; 1997), em um espaço de proteção, e mesmo com a tentativa de implantação de um manejo participativo, os conflitos somente foram minimizados, embora sejam registrados períodos de forte tensão.

Todas as comunidades caiçaras do Núcleo uniram-se em associações de moradores, como forma de reivindicarem seus direitos, procurando saídas, alternativas para a manutenção e conservação da própria comunidade em termos de sua subsistência material e cultural .

## Considerações Finais

A resolução e/ou mitigação dos conflitos em áreas de UCs somente acontecerão quando houver uma visão interativa em relação aos processos de conservação dos recursos paisagísticos naturais e construídos (culturais), onde Natureza e Sociedade estejam conciliadas, pois a proteção dos recursos naturais não implica em processos de exclusão sócio-cultural ou econômica, muito menos em processos de expropriação de identidades territoriais, princípios fundamentais da sustentabilidade do meio ambiente, como também para as práticas de desenvolvimento sustentável. Para LIMA (1998: 59): *“a gestão e o manejo integrado dos recursos paisagísticos voltados para o uso público devem ser desenvolvidos sobre bases técnico-científicas que considerem tanto os aspectos de natureza física quanto cultural, sem subestimar quaisquer faces dos mesmos, preservando a criação e*

*a continuidade das estruturas ecológicas e econômicas, tendo em vista uma perspectiva sócio-cultural em evolução e as transformações contínuas decorrentes.”*

Não é uma questão de conservar ou não a área que está em jogo, (lembrando a expressão francesa *"jeux et enjeux"*), pois os ecossistemas naturais e construídos existentes nestas áreas devem ser conservados sim, porém, estes habitantes tradicionais ( que moram na área há muito tempo), também devem ter garantias e direitos que assegurem a sua sobrevivência, considerados os aspectos envolvidos nas questões pertinentes à construção do sentido de lugar, à paisagem vivida . As áreas com migrantes recentes, após a implantação do Parque, devem ter os processos de regularização fundiária efetivados de modo emergencial.

Em se tratando de qualquer das soluções idealizadas para estas áreas, todas as possibilidades de futuras mudanças devem ser apresentadas e discutidas com as comunidades envolvidas, e se for o caso, até mesmo mediante a realização de seminários sobre as outras categorias de conservação de uso sustentável que poderiam também se adequar à área, com as devidas conseqüências (avaliação dos impactos ambientais) para as comunidades. LIMA (1998: 60), ao discutir os aspectos relacionados à paisagem vivida das UCs, afirma que *“a identificação dos níveis de impactos ambientais nessas áreas nos leva à definição de diretrizes concernentes às ações de intervenção, às medidas corretivas e/ou mitigadoras dos planos de manejo sustentado, visando a garantir as condições de renovabilidade desses recursos, enquanto unidades paisagísticas significativas no contexto regional, estadual, nacional e até mesmo global.”*

Uma das saídas para resolução de conflitos entre os núcleos do Parque e as comunidades, são as mudanças de categorias de UCs, passando para a categoria de Uso Sustentável (Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, APA (Área de Proteção Ambiental), Remanescente de Quilombo - quando for o caso), possibilitando a permanência dos habitantes tradicionais e a conservação de sua identidade paisagístico-cultural , onde de acordo com LIMA (1998:60): *“a percepção e a interpretação das dimensões ambientais, das singularidades e importância dos seus sistemas ecológicos naturais e construídos, das atitudes e condutas humanas deverão contribuir, essencialmente, para a compreensão das transformações visíveis e não-visíveis da paisagem enquanto legado, herança.”*

Outra sugestão é a liberação de algumas atividades econômicas, tais como projetos pilotos de agroecologia, permacultura, por exemplo, nas zonas de uso intensivo e de recuperação previstas no zoneamento dos Parques, enquanto não há a resolução definitiva dos impasses, os quais contribuiriam para a melhoria da qualidade ambiental e da qualidade de vida das populações envolvidas, bem como, para o resgate da identidade cultural caçara e revitalização de seus territórios.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, C. **Caçaras na mata atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental.** São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.

AMEND, S.; AMEND, T (Coord.). **Espacios sin Habitantes? Parques Nacionales de America del Sur.** Caracas: Editorial Nueva Sociedad/UICN, 1992.

ANGÊLO, S. Picinguaba. *Três décadas numa vila de pescadores do litoral norte do estado de São Paulo.* **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 69, 1990, pp.61-73.

BAILEY, R. et al. *Development in the Central African Rainforest: concern for forest people.* In: CLEAVER, K. et al. **Conservation of west and central African Rainforest.** Washington:

Banco Mundial, IUCN, 1992, pp.202-211.

BEGOSSI, A. *Cultural and ecological resilience among caiaças of the Atlantic Forest coast and caboclos of the Amazon (Brazil)*. In. BERKES, F.; FOLKE, C (Ed.). **Linking social and ecological systems for resilience and sustainability**. The Beijer International Institute of Ecological Economics, 1995.

BORDOTTI, V. **Um estudo sobre os caiaças da Vila dos Pescadores, em Picinguaba (Ubatuba - São Paulo)**. Monografia (Trabalho de graduação) Instituto de Biociências, UNESP, Rio Claro, 1992.

BORIN, J. C. Z; MENEZES, D. S. **Caracterização das áreas de agricultura tradicionais do Núcleo Picinguaba - Parque Estadual da Serra do Mar / Relatório de estágio**. Ubatuba: Núcleo Picinguaba, 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. **Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros - (Decreto-Lei nº 84017 de 1979)** Brasília, 1979.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em 20 de Julho de 2000.

BRITO, M.C.W. **Unidades de Conservação: Intenções e Resultados**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), PROCAM, USP. São Paulo, 1995.

CLARKE, W.C. *Maintenance of agriculture and human habitats within the tropical forest ecosystem*. **Human Ecology**, (s.l.) v.4, nº 3, p-247-59, 1976.

CLAY, J. *Parks and People*. **Cultural Survival Quartely**, Cambridge, v.9, nº 1, 1985, p.01.

CLEAVER, K. et al. **Conservation of west and Central African rainforest**. Washington: Banco Mundial/ UICN, 1992.

CUNHA, L.H.O; ROUGEULLE, M.D. **Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos. O caso de Guaraqueçaba (Paraná)**. (Estudo de caso, 2).São Paulo: PPCAUB/USP, 1989.

DIEGUES, A. C. **O Mito da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

DIEGUES, A. C.; NOGARA, P. **O nosso lugar virou Parque .Estudo sócio-ambiental do Saco de Mamangá - Parati - Rio de Janeiro**. São Paulo: NUPAUB/CEMAR/USP, 1994.

DIEGUES, A.C. **Caiaças: território e cultura revisitados**. SP: USP/NUPAUB, 2001.

FERREIRA, Solange T. de Lima. **A Percepção Geográfica da Paisagem dos Gerais no "Grande Sertão: Veredas"**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro, 1990.

GOMEZ-POMPA A.; KAUS, A. *Taming the wilderness myth*. **Bioscience**, (s.l.) v. 42, nº 4, 1992.

HANAZAKI, N. **Conhecimento e uso de plantas, pesca e dieta em comunidades caiaças do município de Ubatuba (SP)**. Dissertação (Mestrado em Ecologia Geral), Departamento de Ecologia Geral, USP, São Paulo, 1997.

IUCN. **Conservação e desenvolvimento sustentado: pondo em prática a estratégia mundial para a conservação**. Gland, Switzerland, 1986.

IUCN. **Managing protected areas in the tropics**. Gland, Switzerland, 1986.

IUCN. **Protected Areas and demographic change; planning for the future.** Gland, Switzerland, 1992.

IUCN. **Parks and progress.** Cambridge, 1993.

IUCN. *Manejo participativo de áreas protegidas: adaptando o método ao contexto.* In: **Parques nacionales y conservación ambiental.** Gland, Switzerland, 1997.

IUCN; PNUMA; WWF. **Cuidar la tierra.** Gland, Switzerland, 1991.

IUCN; WWF; PN. **Conservando el patrimonio natural de la región neotropical. Plan de acción Nahuel Hauapi para las áreas protegidas de la región neo-tropical.** Bariloche, 1986.

LIMA, Solange T. *Ecoturismo: percepção, valores e conservação da paisagem,* **Cadernos de Geografia,** Belo Horizonte, PUC, fev.1998, pp.57-62.

LIMA, Solange T. **Paisagens & Ciganos.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro/SP, 1997.

LOPES, R.B.; GUIMARÃES, S.T.L e KITAMURA, P.C. *Geografia e Turismo Rural: considerações sobre a pesca esportiva no espaço urbano-rural,* **Cadernos de Geografia,** Belo Horizonte, PUC, v.11, n.17, pp. 97-106, 2o sem/2001.

McNEELY, J.A. et al. **Conserving the world's biological diversity.** Gland, Switzerland: IUCN, 1990.

MUSSOLINI, G. **Ensaio de antropologia indígena e caiçara.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

NAVEH, Z.; LIEBERMAN, A.S. **Landscape Ecology. Theory and application.** New York: Springer Verlag 1984.

OLIVEIRA, et al. *Roça caiçara: um sistema "primitivo" auto-sustentável.* **Ciência Hoje,** São Paulo, v.18, n.104, p.44-51, 1994.

PAES, S.R. **Espaço da vida, espaço da morte na trajetória caiçara.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UNESP, Araraquara, 1998.

PICCOLO, P.R. **Ensaio metodológico sobre a ocupação humana e as transformações no mosaico ambiental na Fazenda de Picinguaba - SP (Parque Estadual da Serra do Mar), nos períodos de 1962 e 1990.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 1992.

PICCOLO, P.R; TROPMAIR, H. *Ensaio metodológico visando a inserção da biodiversidade no planejamento geoambiental: Estudo de caso em Picinguaba (Parque Estadual da Serra do Mar), SP.* **Geografia,** Rio Claro, v.19, nº 2, out/1994, pp.113-129.

RIZZINI, C.F. **Tratado de fitogeografia do Brasil.** São Paulo: Hucitec, EDUSP, 1979.

RISSO, L.C. **Cultura caiçara- chave para a conservação ambiental- Um estudo em Picinguaba- Ubatuba- SP.** Monografia (Trabalho de Graduação em Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 1998.

RISSO, Luciene Cristina. **Mapeamento das áreas suscetíveis à prática agroecológica no Núcleo Picinguaba (Parque Estadual da Serra do Mar)- Ubatuba- SP, como subsídio à atividades sustentáveis.** Dissertação (Mestrado em Conservação e Manejo de Recursos, área de Gestão Integrada de Recursos), CEA-UNESP, 2001.

ROBINSON, J.G.; REDFORD, K.H. *The use and conservation of wildlife.* In: \_\_\_\_\_. **Neotropical wildlife use and conservation.** Chicago: University of Chicago Press, 1991, pp.03-05.

RODRIGUES, E.P.F. *Comunidades Tradicionais do Núcleo Picinguaba - Bairro de Cambury*. IN: **I Congresso Brasileiro de análise Ambiental**, 1994, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: Centro de Estudos Ambientais, pp. 21-23.

ROSSATO, S.C. **Utilização de plantas por populações do litoral norte do estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Biologia), Instituto de Biociências, USP, São Paulo, 1996.

SALES, R.J.R.; MOREIRA, A.C.C. **Estudo de viabilidade de implantação de reservas extrativistas no Domínio Mata Atlântica, município de Cananéia. Proposta de continuidade do projeto**. São Paulo: NUPAUB/USP; CNPT/IBAMA; FF; CPLA/SMA, 1994.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria do Meio Ambiente. **Planos de manejo das Unidades de Conservação- Parque Estadual da Serra do Mar- Núcleo Picinguaba. Fase 1- plano de gestão ambiental**. São Paulo, 1998. Versão preliminar.

SETTI, K. **Ubatuba nos cantos das praias: estudo do caiçara paulista e de sua produção musical**. São Paulo: Ática, 1985.

SCHMIDT, C.B. **A lavoura caiçara**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço da Informação Agrária, 1958.

SILVA, J.G.S. **Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil**. São Paulo: CEMAR/USP, 1993.

TOFFOLI, D.D.G.; OLIVEIRA, R.R. *Aspectos agroecológicos de uma roça caiçara*. In: **Simpósio de Etnobiologia e Etnoecologia**, 1, 1996, **Anais...** Feira de Santana, 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VIANNA, L.P. **Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto das Unidades de Conservação**. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, São Paulo, 1996.

VIANNA, L.P.; BRITO, M. *Vila de Picinguaba: O caso de uma comunidade de caiçara no interior de uma área protegida*. In: **Congresso Nacional sobre Essências Nativas- Conservação da Biodiversidade**, 2, 1992, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Instituto Florestal, 1992. v.4, p.1067-1073.

WHITMORE, T.C. **An introduction to tropical forests**. Oxford: Clarendon Press, 1990.

---

### Agradecimentos

Este estudo é dedicado a toda a comunidade caiçara do Núcleo Picinguaba, Parque Estadual da Serra do Mar, Ubatuba (SP), Brasil, e a todos aqueles que se dedicam a causa da sobrevivência das comunidades tradicionais e à conservação ambiental.

Primavera, 2002

**INFORMAÇÕES SOBRE AS AUTORAS**[\( VOLTAR AO TEXTO \)](#)**Luciene Cristina Risso**

Geógrafa; Mestre em Conservação e Manejo de Recursos, UNESP, campus de Rio Claro; Doutoranda em Geografia, IGCE-UNESP.

Ministra cursos em Gestão Ambiental e Desenvolvimento sustentável, em instituições públicas e particulares. Consultorias em Comunidades Tradicionais e Gestão Ambiental.

[rissolu@yahoo.com.br](mailto:rissolu@yahoo.com.br)

**Solange T. de Lima Guimarães**

Geógrafa; Profa. Dra. do Depto. de Geografia do IGCE/UNESP, campus de Rio Claro. Docente do Curso de Pós-Graduação em Geografia do IGCE/UNESP.

Linha de Pesquisa: Cognição, Percepção e Interpretação Ambiental;

Trabalhos desenvolvidos na área de Conservação de Recursos Paisagísticos Naturais e Construídos; Educação Ambiental Informal; Desenvolvimento de Comunidades; Gestão Ambiental.

tele/fax: (19) 3524 7156

[hadra@uol.com.br](mailto:hadra@uol.com.br)

[editores@olam.com.br](mailto:editores@olam.com.br)

**SUMÁRIO**

**OLAM - Ciênc. & Tec.**

**Rio Claro Vol 2  
ISSN 1519-8693**

**nº 2 p. 234 - 266  
[www.olam.com.br](http://www.olam.com.br)**

**Novembro / 2002**